



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ata Reunião CAEN nº 05 – 09/02/2021

1 Às nove horas e cinco minutos do dia nove de fevereiro de 2021, reuniram-se, via
2 ferramenta on-line Google Meet, os membros do Comitê Assessor de Ensino (CAEN):
3 AL - Patrícia e Elisandra, FW - Monique e Luciane, JA - Marielle e Maria Rute, JC -
4 Silvia e Cleonice, PB - Lisiane e Gustavo, SR - Raquel e Sandra, SA - Teoura e
5 Cleitom, SAN - Mariéli e Jéssica, SB - Bárbara e Maíra, SVS - João e Eliana, UG -
6 Michel, PROEN - Renato (PR), Janete (DE), Neila (DGrad), Hermes (DAE) e Raquel
7 Lunardi (DEAD). Participaram desta reunião também: Artenio (DG SB), Daele (CAP),
8 Catiane (Asses. Pedag.), Cléia (Asses. Pedag. Proeja), Taíse (Asses. Pedag.), Daniela
9 Dressler (Asses. Pedag.), Maria Rosangela (CPE), Deisi (CRD), Helena (futura CGE
10 SVS e ex coordenadora dos Programas Educacionais), Fernanda Machado (CAI) e
11 Fernanda Ziegler (SE). A reunião teve como pauta: a) *checklist* de ações para o GT de
12 acolhimento aos estudantes; b) participação das CAEs no processo de matrícula 2021
13 (DAE); c) substituição da Coordenação Institucional do Pibid para aprovação do CAEN
14 (CPE); d) informe sobre Planejamento Orçamentário das CAIs (CAI); e) finalização das
15 orientações para encerramento do ano letivo de 2020 (Assessoria Pedagógica) - cursos
16 em extinção com alunos que não desejam dar continuidade em período de ensino
17 remoto, tempo total de trancamento (flexibilização da norma institucional), tempo total
18 para integralização (flexibilização da norma institucional), disciplinas e/ou práticas
19 pendentes e estudantes formandos, diários de classe que permaneceram aberto em
20 função da suspensão de parte da carga horária prática; f) procedimento para
21 estudantes formandos que não desenvolveram Estágio e TCC (PB); g) registro do
22 Projeto Integrador dos cursos PROEJA no SIGAA (SAN); e h) possibilidade de
23 lançamento manual de aulas no SIGAA em 2021/II - cursos desenvolvidos por
24 disciplinas em blocos (SAN). Foram acrescentados os pontos de pauta enviados por SR:
25 finalização do semestre (diários de classe assinados no SIPAC e encaminhados às
26 coordenações); encaminhamentos para o início do ano letivo 2021 (Planos de Ensino,
27 Planos de Trabalho Emergenciais para disciplinas com carga horária prática, tabela
28 com relação das disciplinas ofertadas); encaminhamento ao CIE de solicitação de
29 possibilidade de realização de aulas práticas presenciais/híbridas; consulta à DTI para
30 trabalho paralelo na proposta de tecnologia para Ensino Híbrido, pensando nos alunos
31 que não podem estar presencialmente, para acompanhar on-line, as aulas práticas.
32 Renato iniciou a reunião falando sobre a elaboração de um *checklist*, no sentido de
33 conter ações mínimas para um encaminhamento inicial do GT; questionou se o grupo
34 preferia encaminhar por e-mail ou elencar alguns pontos nesta reunião; a princípio, a
35 primeira reunião com o GT ocorrerá ainda nesta semana. Neila falou sobre a
36 preocupação com o tempo para realização das ações de acolhimento, conforme o
37 próprio CAEN já expôs. Contudo, a PROEN entende a importância do acolhimento e
38 pensa que as ações podem ocorrer ao longo do semestre. Neila questionou formas
39 para realização das ações. Renato sugeriu construir um itinerário formativo para os
40 servidores ao longo do ano ou semestre, dependendo das necessidades que surgirem.
41 Maíra SB manifestou preocupação prévia com o acesso dos novos alunos; sugeriu, no
42 momento da matrícula, a criação do e-mail institucional, anotação do contato telefônico;
43 se a matrícula for presencial, entende ser pertinente a entrega de um tutorial impresso
44 para esclarecer como se dá o acesso às aulas, ao sistema. Jéssica perguntou se o
45 acolhimento será para todos os alunos ou somente para os ingressantes; lembrou que
46 a primeira semana está com todos os dias letivos e questionou como o acolhimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

47 acontecerá, considerando a organização das disciplinas em blocos. Patrícia se atenta à
48 forma de acesso dos novos estudantes na primeira semana; sugeriu, para a primeira
49 semana, a realização de formação sobre como usar o sistema; pontuou a necessidade
50 de mapeamento das condições de acesso dos novos estudantes; prever momentos de
51 contato dos alunos com os coordenadores de curso. Lisiane acha necessário pensar
52 ações diferenciadas para acolher os alunos das três séries. Monique concordou com
53 Lisiane, no sentido de pensar dois itinerários, para os alunos novos e os antigos; talvez
54 pensar ações ao longo do mês de abril; sugestões de temas a serem abordados -
55 diferenciais da Instituição, o papel de cada setor, Saraus - cultura e literatura, *live* sobre
56 organização da rotina de estudos. Mariéli acha pertinente realizar o máximo de ações
57 possíveis na matrícula - acesso, mapeamento, contato, WhastApp; importante ampliar
58 os ramais telefônicos para contato com o *campus*; *lives* com temáticas amplas e
59 encontros virtuais em pequenos grupos; mostrar estrutura física, de forma on-line;
60 envolver os pais. Bárbara disse que o *campus* SB já tem realizado *lives* para
61 apresentação da Instituição, dos cursos e dos setores; concorda com Monique sobre o
62 acolhimento dos diferentes alunos; sugeriu a realização de uma ambientação ao
63 SIGAA, como ocorre nos cursos da modalidade EaD; planejamento da rotina de
64 estudos; preocupação com a saúde mental - abordar essa temática. Luciane reforçou a
65 necessidade de abordar sobre o tema da saúde mental; pensar um cronograma
66 institucional para essas ações; formação docente, estudante e família; abordar o
67 conceito de dia letivo para a comunidade acadêmica, especialmente para os docentes;
68 apresentação da CAI - Núcleos; conceito de avaliação diagnóstica e como fazer.
69 Raquel acredita que a prioridade é o acesso aos meios digitais; o *campus* SR realizou
70 reapresentação da equipe a todos os alunos, por meio virtual; preocupação com o
71 processo de matrícula. Renato acredita que nem todas as informações poderão ser
72 coletadas no momento da matrícula, visto que será on-line; necessário pensar em outro
73 momento para essa ação. Fernanda Machado entende ser necessário focar no
74 essencial para a primeira semana e, depois, diluir as ações ao longo do tempo; cada
75 tema merece uma estratégia específica; os Comitês de Saúde Mental e de Não
76 Violência estão à disposição para contribuir. Sílvia se preocupa com os alunos sem
77 acesso, especialmente da EJA/EPT; muita dificuldade de acesso ao SIGAA. Renato
78 sugeriu consultar o CIE para realizar o acolhimento de alguns estudantes de forma
79 presencial. João Flávio considera que ocorrerão muitas chamadas do PS e, por isso, o
80 acolhimento precisará ocorrer mais de uma vez; pensar o acesso e a oferta de auxílios
81 digitais; formação sobre avaliação. Luciane também falou sobre a entrega de kit com
82 livros didáticos. Renato sugeriu fazer uma dinâmica semelhante ao que se faz para
83 entrega dos kits de alimentos (drive thru). Em síntese: focar em ações para oportunizar
84 o acesso e, depois, pensar nas demais ações. A seguir, Hermes passou para a pauta
85 da Assistência Estudantil. Primeiramente, fez o pedido de retirada da obrigatoriedade
86 de participação da Assistência Estudantil no processo de matrícula, excepcionalmente
87 neste ano, devido a uma série de demandas que têm ocorrido, desde 2020, pelos
88 profissionais dessa pasta, como: organização e entrega de materiais e kits de
89 alimentos; organização e coleta de documentação dos auxílios - preocupação com os
90 processos de auditoria, devido à possível devolução dos valores; construção de IN e
91 edital específicos para o contexto da pandemia; trabalho com CadÚnico; trabalho com
92 planejamento sobre a manutenção ou não dos auxílios emergenciais. Assim, quando e,
93 se necessário, os profissionais podem auxiliar, principalmente nos *campi* que contam
94 com maior quantitativo de servidores. Hermes também explicou a diferença entre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

95 análise de renda (em tese, um cálculo mais simples de ser feito, embora tenham muitos
96 documentos a serem analisados, podendo ser feita por profissionais de áreas diversas)
97 e avaliação socioeconômica (engloba diferentes variáveis e, obrigatoriamente, deve ser
98 feita pelo profissional de Serviço Social). Entende não ser adequado incluir o caráter
99 obrigatório para o profissional do Serviço Social para análise de renda. Bárbara
100 desconhecia o caráter facultativo para a CAE participar da Portaria do PS e, por isso,
101 pediu que um memorando fosse emitido pela PROEN. Hermes, a respeito do auxílio
102 inclusão digital, expôs que a Resolução Ad Referendum CONSUP nº 10/2020 expirou
103 no final de dezembro; devido ao novo merge, o cronograma sofreu alteração para dar
104 conta dos testes a serem realizados no sistema; o auxílio inclusão digital não está no
105 sistema - há a necessidade de customização para a troca do auxílio transporte; neste
106 ano deve ocorrer outra sistemática para a solicitação do auxílio - a proposição é para
107 ser por meio de análise de renda, com possibilidade de ser pago via folha de
108 pagamento no módulo Bolsas do SIPAC (necessidade de testes e reserva de
109 orçamento); questões técnicas também têm impactado os fazeres da Assistência
110 Estudantil. Mariéli expôs sua preocupação com o processo de matrícula, pois o *campus*
111 SAN só tem dois servidores na CRA; tanto a CRA, quanto a CAE estão
112 sobrecarregados de demandas; sobre os computadores emprestados, questionou se
113 seria necessário recolher dos alunos formandos para entrega aos novos. Hermes
114 entende que o PS não deve ser atribuição somente da CRA; excepcionalmente neste
115 ano, pediram a não obrigatoriedade de participação da CAE, mas se o *campus* puder,
116 pode manter a participação. Sobre o empréstimo dos computadores, Hermes lembrou
117 que a Portaria elaborada pela DTI e pela PROAD resguarda o direito de recolher os
118 equipamentos dos estudantes que concluíram o curso ou cancelaram a matrícula. Deisi
119 reforçou o argumento exposto todos os anos de que o PS é do *campus*, não exclusivo
120 da CRA; nesse sentido, a CRA precisa de ajuda, pois o cadastro de cada aluno é
121 manual no sistema; salientou que as CRAs estão envolvidas com o PS, o edital de
122 reingresso, o cadastro de informações de alunos em diferentes plataformas, além de
123 outras atividades rotineiras. **Encaminhamento:** não havendo manifestações, mantém-
124 se a obrigatoriedade de participação da Assistência Estudantil. Posteriormente,
125 passou-se para a pauta relativa à alteração ocorrida no início da nova gestão. Maria
126 Rosangela se tornou a nova Coordenadora de Programas Educacionais, Helena Brum
127 retornou ao *campus* SVS e Catiane Paniz, então, foi indicada como nova
128 Coordenadora Institucional do Pibid. Maria Rosangela explicou que Helena não pode
129 acumular duas funções, visto que assumirá, no *campus*, a Coordenação Geral de
130 Ensino. Considerando que a Catiane atende aos critérios que a Capes exige, assim
131 como possui experiência profissional na atuação com os programas educacionais, **o**
132 **CAEN aprovou, por unanimidade, a escolha da nova coordenadora Institucional**
133 **do Pibid.** Essa pauta será apreciada também na próxima reunião do Colégio de
134 Dirigentes (Codir). De imediato, Fernanda Machado explicou que as Ações Inclusivas
135 tem uma reserva institucional de 1,5% que deve ser coordenada com as CAIs e os
136 Núcleos, porém, as CAIs não são ordenadoras de despesas, essa atribuição é da
137 Direção de Ensino; também falou sobre a importância da articulação com as Direções
138 de Administração; as CAIs são responsáveis pelos PGCs e Plano de Ação; salientou a
139 importância do planejamento e da transparência da gestão do orçamento. Não havendo
140 questionamentos, Renato introduziu o próximo ponto da pauta. A partir do
141 levantamento de questões e dúvidas enviadas pelos *campi*, a CAP elaborou uma
142 minuta de Parecer, a qual foi lida e apreciada pelo grupo. Título da minuta do Parecer:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

143 Orientações aos cursos Técnicos e Superiores de graduação do IFFar enquanto durar
144 a pandemia. Daiele explicou que esse pontos não foram englobados no outro Parecer,
145 devido à temática. Ementa: Orienta os Cursos Técnicos e Superiores de Graduação do
146 IFFar no que tange aos cursos com turmas concluintes que não têm condições de dar
147 seguimento às atividades letivas durante o ensino remoto devido à natureza prática
148 do(s) componente(s) curriculares e/ou atividades práticas pendentes de estudantes
149 formandos, flexibilização de prazos de trancamento e integralização do curso, diários
150 de classe que permaneceram em aberto, em função da suspensão de parte da carga
151 horária prática. A minuta do documento será compartilhada posteriormente com o
152 CAEN para análise e sugestões. 1. Suspensão da oferta de turma concluinte em cursos
153 técnicos subsequentes e superiores de graduação que não tenham condições de dar
154 continuidade aos estudos em período de ensino remoto devido a natureza prática do(s)
155 componente(s) curricular(es). Sobre esse item, Daiele disse que faltam somente as
156 disciplinas práticas; integrados não tem como fazer a suspensão; intenção de criar uma
157 forma de vínculo institucional e trancamento da turma; ideia de fluxo - o *campus*
158 informa a PROEN sobre a necessidade de estender prazos das turmas, a PROEN
159 informa a Pesquisa Institucional, que informa o MEC - isso se fossem só alguns cursos
160 com prazos estendidos; precisa ser definido se todos os cursos ou somente algumas
161 turmas precisam estender o prazo. Como o vínculo atual se dá pela matrícula, a
162 sugestão é elaborar um termo de compromisso de matrícula em turma suspensa que
163 dará ao estudante apenas o direito de manter-se vinculado à instituição; esse
164 documento não poderá ser utilizado como comprovante para participar de editais de
165 auxílios ofertados pela instituição; o termo deverá ser renovado a cada semestre, no
166 prazo de matrícula previsto no calendário acadêmico, enquanto durar o ensino remoto;
167 na volta das atividades presenciais, o estudante deverá realizar a matrícula conforme
168 previsto nas normas institucionais vigentes; se perder o prazo para matrícula, terá que
169 ingressar novamente por edital de reingresso. Maíra tem dúvida se isso teria impacto
170 financeiro, já que o aluno não teria uma matrícula formal. Daiele disse que a ideia era
171 ampliar o prazo para não ficar retido, garantindo continuar no SISTEC. Patrícia explicou
172 que na matriz existe impacto quando fica retido, diminuindo em torno de $\frac{1}{4}$ do aluno
173 que está dentro do ciclo; no caso do EMI, se ficar retido mais de três anos não gera
174 mais orçamento. Deisi acrescentou que o aluno continua com cadastro ativo no SIGAA,
175 mesmo que seja por meio deste termo, só não terá matrícula. De acordo com Leíze, é
176 possível estender os prazos para que os alunos permaneçam também nos sistemas
177 governamentais. Neila disse que, com a pandemia, o aluno vai levar mais tempo para
178 integralizar o curso, então essa seria a opção para manter o vínculo no SIGAA; quanto
179 aos sistemas do MEC, será possível, com justificativa, estender o prazo; a PROEN
180 pode verificar essa questão orçamentária trazida por Maíra. Deisi reforçou que a ideia
181 do termo é selar o compromisso do aluno com a instituição; após o retorno, o *status*
182 muda de ativo para matriculado novamente. Daiele questionou o grupo se haveriam
183 outras sugestões. Não havendo manifestações, passou-se ao outro item. 2.
184 Componentes e/ou atividades práticas pendentes de estudantes formandos. Daiele
185 falou sobre a necessidade de buscar formas de realização, bem como de sugestões
186 para oferta de outros cursos para realização das atividades práticas. Neila disse que a
187 ideia, com este Parecer, é dar retorno aos *campi* sobre algumas possibilidades, mas o
188 Colegiado continua tendo autonomia para as deliberações. 3. Flexibilização dos prazos
189 de trancamento e de integralização do curso. Daiele retomou que os cursos integrados
190 não têm prazo; as diretrizes dos cursos de graduação e subsequente possuem seus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

191 respectivos prazos; sugestão de estender os prazos igual o número de semestres de
192 duração do ensino remoto. Não havendo manifestações, passou-se ao outro tópico. 4.
193 Diários de classe que permaneceram em aberto em função da suspensão de parte da
194 carga horária prática do componente curricular. Maíra questionou, via chat, o seguinte:
195 considerando uma disciplina prática que foi ofertada; os alunos cursaram, por exemplo,
196 30 de 80 horas; depois percebeu-se que não poderia ser continuada e foi suspensa;
197 essa disciplina pode, agora, ser cancelada?; nesse caso, o aluno perde o tempo
198 cursado? Neila lembrou que o CAEN já havia orientado que se o diário de classe
199 contemplou apenas metade da disciplina, não tem como consolidar sem toda a carga
200 horária. Dando continuidade, na minuta do Parecer, foram apresentados os
201 procedimentos para que os registros dos diários de classe sejam adequados à
202 legislação. Os diários de classe cadastrados primeiramente precisam ser salvos em
203 formato PDF para posterior reoferta do componente curricular. Deisi explicou que a
204 carga horária “não presencial” significa tudo que foi realizado anteriormente,
205 dispensando o cumprimento novamente; o componente cadastrado na matriz original
206 do curso continuará aparecendo no histórico do aluno e no PID do professor. Marielle
207 perguntou como registrar a próxima parte da carga horária que for cumprida não
208 presencial, ou seja, por meio do ensino remoto. Deisi explicou que a carga horária
209 presencial se refere à carga horária cumprida a partir do início das atividades remotas.
210 Em síntese: “não presencial”, no SIGAA, corresponderá à carga horária realizada
211 presencialmente antes do início da pandemia; “presencial”, no sistema, corresponderá
212 à carga horária cumprida no ensino remoto. Neila reiterou que a caixa do “não
213 presencial” era preenchida apenas para a realização das PeCCs e do Projeto Integrado
214 do Proeja. Raquel pediu que uma fala fosse feita com as CRAs sobre os novos
215 procedimentos previstos no Parecer anterior e neste novo Parecer. **Encaminhamento:**
216 todos concordaram com o teor do Parecer; a CAP irá encaminhar a minuta ao grupo
217 para finalização do texto e envio aos *campi* até sexta-feira. Posteriormente, passou-se
218 para a pauta solicitada pelo *campus* PB. Acerca de procedimento para estudantes
219 formandos que não desenvolveram Estágio e TCC - Lisiane expôs três casos de alunos
220 do curso de Automação Industrial; também citou alguns casos de estudantes que não
221 concluíram as PPIs. Daiele lembrou que o CAEN deliberou a possibilidade de
222 substituição das práticas para os casos de cursos que não eram obrigatórios; entende
223 que o fato de PB é diferente - acredita que talvez possam estabelecer um acordo entre
224 aluno e colegiado para realizar as práticas no retorno presencial, visto que o aluno
225 ainda não concluiu o curso. Neila entende que é preciso saber o motivo pelo qual os
226 alunos não realizaram: se não puderam, poderiam assinar o termo citado
227 anteriormente; se foi opção, poderiam fazer uso do trancamento. Gustavo esclareceu a
228 situação de cada estudante e questionou a possibilidade de realizarem o TCC no início
229 do ano letivo. Daiele disse que depende do caso, se forem reprovados ou não; sugeriu
230 acordo com o colegiado. Cleiton manifestou que o *campus* SA possui alunos do EMI
231 que também precisam finalizar o estágio; se preocupa com os registros no SIGAA,
232 mesmo que o aluno possa continuar o estágio na prática - entende que a minuta do
233 Parecer, com a previsão da extensão dos prazos, daria conta desses casos. Deisi disse
234 que a CRA teria que estender o prazo para a integralização dos diários de classe até
235 que todos os alunos concluam ou consolide os alunos individualmente (no caso dos
236 TCCs). O procedimento é um pouco diferente para as atividades curriculares, como o
237 estágio. Todas as situações tomadas pelos colegiados precisam chegar formalmente
238 às CRAs, indicando o que precisam realizar no sistema. Cleiton pediu que esses



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

239 procedimentos estejam claros na minuta do novo Parecer. Devido ao horário, os
240 demais pontos serão discutidos na próxima reunião do CAEN, assim como a
241 finalização do Parecer. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada às
242 doze horas e trinta minutos, e eu, Fernanda Lopes Silva Ziegler, Secretária Executiva
243 da PROEN, lavrei a presente ata que será encaminhada a todos os presentes e
244 publicada no Portal Institucional.

Lista de Presença

DE AL – Patricia A. Meneguzzi Metz
Donicht

CGE AL – Elisandra Gomes Squizani

DE FW – Monique da Silva

CGE FW – Luciane Figueiredo Pokulat

DE JA – Marielle Medeiros de Souza

CGE JA – Maria Rute Depoi da Silva

DE JC – Silvia Regina Montagner

CGE JC – Cleonice Graciano dos Santos

DE PB – Lisiane Goettems

CGE PB – Gustavo R. Kerkhoff Assmann

DE SR – Raquel Fernanda Ghellar Canova

CGE SR – Sandra Fischer Balbinot

DE SA – Teoura Benetti

CGE SA – Cleitom Jose Richter



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DE SAN – Mariéli Terezinha Krampe
Machado

CGE SAN – Jéssica Maria Rosa Lucion

DE SB – Bárbara Valle

CGE SB – Maíra Frigo Flores

DE SVS – João Flávio Cogo Carvalho

CGE SVS – Eliana Zen

CGE UG – Michel Michelin

PR – Renato Xavier Coutinho

DE – Janete Maria De Conto

DGrad – Neila Pedrotti Drabach

DAE – Hermes Gilber Uberti

DEAD – Raquel Lunardi